



VENDER PARA MELHORAR?
DISCURSO E IDEOLOGIA SOBRE A PRIVATIZAÇÃO DO
SANEAMENTO NA BLOGOSFERA POTIGUAR

SELL TO IMPROVE?
DISCOURSE AND IDEOLOGY ABOUT THE
PRIVATIZATION OF SANITATION IN THE
POTIGUAR BLOGOSPHERE

Daniel Dantas LEMOS¹

Henrique Alberto MENDES²

RESUMO

Este trabalho visa a analisar matérias jornalísticas publicadas em veículos on-line de circulação estadual abordando o tema da privatização da Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte (Caern) partindo do contexto em que se acentuaram as discussões a respeito da instituição de um novo marco legal para o saneamento básico no Brasil a partir do Projeto de Lei 4162/2019. Para fins de delimitação do corpus, optou-se por analisar notícias e artigos de opinião em dois blogs reconhecidos no estado do RN. A intenção do artigo é compreender, com base nos princípios teórico-metodológicos da Análise do Discurso (AD), as relações discursivas estabelecidas nos blogs de cunho ideológico neoliberal a respeito da prestação do serviço de saneamento no Rio Grande do Norte.

Palavras-chave

Análise do Discurso. Privatização. Saneamento Básico. Caern.

¹ Doutor em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Professor Associado 1 da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2776869268430888>. E-mail: danieldantas79@globocom.com.

² Licenciado em Letras – Português/Espanhol pela Faculdade Itapeçerica da Serra (2013). Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3278320222258714>. E-mail: hmendes692@gmail.com.



ABSTRACT

This paper aims to analyze journalistic articles published in online vehicles of local circulation which approaches the theme of privatization of the Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte (Caern), starting from the context in which stirs up the discussions about the institution of a new legal framework for basic sanitation in Brazil in 2019. For a delimitation of the corpus, we decided to analyze news and opinion articles in two recognized local blogs. Our purpose is to understand, based on the theoretical-methodological principles of Discourse Analysis (AD), the discursive relationships established in blogs of a neoliberal ideological nature about the provision of sanitation services in Rio Grande do Norte.

Keywords

Discourse Analysis. Privatization. Basic sanitation. Caern.

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, o objeto é o discurso que circula na mídia potiguar sobre a privatização da empresa estatal de saneamento básico. Optamos por analisar notícias e artigos de opinião em dois blogs reconhecidos como influentes no Rio Grande do Norte: *Blog do BG* e *Blog do Robson Pires* ou *Blog do Xerife*.

Para observar as nuances existentes entre a experiência do saneamento básico no Brasil e no RN e a construção de sentido na mídia sobre a gestão deste serviço, a análise dessas fronteiras discursivas antagônicas sobre o tema tomará como base as construções realizadas em torno do uso do binômio *público* e *privado* e dos sentidos construídos (e pretendidos) no uso dos termos *privatização*, *desestatização* e *venda*. Neste anexo, é possível analisar como os veículos sinalizam para um processo de mudança em direção a um outro modelo de gestão estatal constituído e estabilizado com base em uma carga histórica e em uma racionalidade em que o público é visto como negativo e o privado como positivo.



A análise buscou a priori estabelecer se há base material para essa sinalização no contexto do serviço prestado pelas empresas de saneamento: o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS)³ informa que, atualmente, 8% das cidades brasileiras são atendidas pela iniciativa privada – como Manaus e alguns municípios do estado de Tocantins – e, de acordo com levantamento do Instituto Trata Brasil⁴, nestes locais os serviços de tratamento de água e esgoto têm qualidade abaixo da média nacional.

De modo que torna-se curioso notar o modo como, assim como a mídia de referência, os blogs potiguares apresentam uma tomada de posição a favor das privatizações e de mudanças no modelo de gestão do saneamento no Brasil e no RN. Nota-se ainda, no caso específico dos veículos analisados, que nessas construções são projetados benefícios futuros para a população potiguar caso a Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte (Caern) passe a ser controlada pela iniciativa privada.

A importância de empreender uma análise discursiva do ponto de vista crítico está no fato de que uma leitura simples dos diversos textos que circulam na sociedade nem sempre proporcionam uma compreensão além dos seus limites linguísticos e a analisá-los mais profundamente. A Análise do Discurso (AD) fornece bases teórico-metodológicas que permitem a análise de todo tipo de texto a partir da seleção de enunciados, que é como pretendemos empreender a aplicação deste método.

³ Disponível em: <http://www.snis.gov.br/diagnosticos/agua-e-esgotos>. Acesso em 19 de set. 2020.

⁴ Disponível em: <http://www.tratabrasil.org.br/estudos/estudos-itb/itb/ranking-do-saneamento-2020>. Acesso em 19 de set. 2020



Segundo Orlandi (2010, p. 62) o método, a teoria e prática na AD se constituem num movimento que perpassa pela observação do corpus, pela pesquisa teórica e pela análise. Na “intermitência entre descrição e interpretação” o processo analítico da AD permite tratar o objeto em sua especificidade, exigindo a articulação entre dispositivo teórico, que fornece as bases para compreensão dos processos de produção de sentidos na forma como “encara a linguagem”, e o dispositivo analítico, mobilizado de acordo com as necessidades da análise colocadas pelo objeto de estudo. A autora assevera, ainda, que a escolha do corpus já corresponde a uma fase da análise.

A formação do corpus é um primeiro momento desta análise, pois a inclusão de materiais no corpus já é uma decisão sobre quais propriedades discursivas se buscará enfocar. Segundo Orlandi (2010), na AD o objetivo não é realizar uma análise exaustiva e completa em relação ao objeto, porque todo o discurso está em relação intertextual com outros que o precederam e aos quais vai se relacionar no futuro. Por isso, como o objetivo é mostrar como um discurso funciona e produz efeitos de sentido, o processo discursivo pode ser recortado e analisado em aspectos diferentes tendo como objetivo a justa delimitação do tema de pesquisa.

Para Orlandi (2005), o corpus não corresponde apenas à coleta feita pelo analista, mas trata-se de um material selecionado e preparado para a análise da sua relação com as condições sócio-históricas de produção da discursividade. Assim, o corpus é também uma construção do analista que seleciona o material de acordo com os objetivos de sua análise. Nossa construção, portanto, está baseada na escolha de uma amostra representativa de cada um dos veículos escolhidos.



A formação do corpus foi constituída a partir de materiais arquivados e coletados do jornalismo on-line escrito, a partir de recortes de textos que foram tomados como unidades significativas constituídas em enunciados utilizados para a análise com o objetivo, no tratamento de observar como os sentidos discursivos se formam em suas relações com os interdiscursos e com o contexto histórico e ideológico que condicionam a produção destes enunciados e textos.

O material, organizado do ponto de vista temático e cronológico, formou um corpus que permitiu identificar os padrões discursivos presentes em cada uma das partes de textos que analisamos a seguir. Nesses enunciados, pudemos observar que a privatização figura como um processo discursivo construído a partir das fronteiras de significação entre *público* e *privado*. Assim, foi possível observar como os sentidos de *venda* e *privatização* se desestabilizam em diferentes sentidos em processos polissêmicos e se institucionalizam como sentidos dominantes nos dois veículos noticiosos analisados. Este processo discursivo ocorre na linguagem e resulta na legitimação histórica dos sentidos, em que se observa a valorização do que é privado em detrimento do que é estatal.

Neste nexos, ressaltamos que entende-se como privatização a prática na qual uma empresa ou instituição pública é vendida total ou parcialmente ao setor privado, os casos em que o Estado deixa de gerir uma determinada entidade passando-a para uma empresa privada ou a transferência do controle das ações de uma determinada empresa pública a uma empresa ou grupo de empresas do setor privado.

A primeira consequência observada no uso dominante da ideia de *privatização* do saneamento é a transformação em *privado* aquilo que era



público. A nominalização, neste processo, constitui assim a passagem para o controle ou posse da iniciativa privada de uma empresa originariamente estatal que compõe um patrimônio público. Desenha-se, por meio do léxico, um caminho linear que vai de estatal diretamente para privado, por meio da incidência de um processo de privatização. Assim, ocorre a construção de um sentido que prevê diretamente uma transição do estatal para o privado, como caminho único para a melhoria na prestação do serviço.

No processo de levantamento bibliográfico para este trabalho de pesquisa, notou-se que esse discurso é colocado em foco no discurso dos meios de comunicação locais. O regime privado corresponde à mudança de um modelo anteriormente estatal, o que permite localizar na palavra “privatização” um ponto nodal histórico-discursivo em que o público é velho e ultrapassado e o privado novo e moderno. Este caminho está assim determinado no sentido de privatização, ou seja, pode-se considerar que do ponto de vista político e discursivo não se preveem alternativas que não sejam a de vender ativos do estado para suprir crises orçamentárias. Desta forma, a iniciativa privada, entendida como grandes empresas e grupos internacionais do setor de saneamento e financeiro, são os participantes legítimos deste processo.

Podemos dizer que a ideia da privatização é afetada pela relação entre governo e os grandes grupos privados, considerados os únicos capazes de realizar investimentos considerados necessários para a melhoria de serviços e, portanto, detêm a primazia para a compra das estatais, que devem ser postas à venda pelo Estado que não consegue gerir com eficiência nem oferecer serviços de qualidade.



Portanto, este estudo está norteado na busca por responder como se articula a relação entre *público* e *privado* no discurso que circula na imprensa norte-rio-grandense sobre a privatização da empresa de saneamento básico e quais significações a mídia local busca construir. Para Orlandi (2010, p. 63), só é possível captar a “espessura semântica” quando se vai além do que está expresso no léxico e analisa-se o discurso que rege as relações semântica. Nos tópicos seguintes, após breve contextualização da temática do saneamento, apresentamos os recortes das sequências discursivas e iniciamos a análise a partir das marcas linguísticas das verbalizações *privatizar* e *vender* e das nominalizações *privatização* e *venda*, que perpassam o corpus.

O SANEAMENTO BÁSICO NA AGENDA

Entende-se por saneamento básico o conjunto de estruturas e serviços que visam a assegurar o direito assegurado pela Constituição em relação à saúde, moradia digna e meio-ambiente ecologicamente equilibrado. A Lei Nacional do Saneamento Básico estabelece diretrizes nacionais para a prestação deste serviço essencial e estabelece a obrigatoriedade do Estado em garantir o abastecimento de água tratada, o esgotamento sanitário, a limpeza urbana por meio do manejo adequado de resíduos sólidos e a drenagem urbana de águas pluviais (BRASIL, 1988; BRASIL, 2007).

Desde que foi registrada a primeira ação de saneamento no Brasil até o início da comercialização deste serviço pelo Estado nos anos 1940, diversos fatores dificultaram o alcance da universalização do acesso da população à água e esgoto tratados e à correta destinação do lixo urbano. Em consequência da falta de planejamento adequado das ações, da baixa quantidade de investimentos e da deficiência de gestão no setor, hoje, de



acordo com dados fornecidos pelo Sistema Nacional de Informação sobre Saneamento (SNIS) e pelo Instituto Trata Brasil, cerca de 35 milhões de brasileiros ainda não possuem acesso à água tratada e mais de 100 milhões não são atendidos por serviços de coleta de esgotos (FIGUEIREDO; FERREIRA, 2017). Os autores analisam que para cumprir as metas de universalização do acesso aos serviços de saneamento seria necessário maior esforço do poder público na elaboração de políticas públicas.

No Rio Grande do Norte, a principal prestadora do serviço de abastecimento de água e tratamento de esgoto é a Caern, que detém contrato de concessão com 154 dos 167 municípios do estado. As outras treze cidades são atendidas pelo Serviço Autônomo de Água e Esgotos (SAAE) ou são de administração direta dos governos municipais.

Segundo Figueiredo e Ferreira (2017, p. 5-8), 82,73% dos municípios potiguares tem abastecimento de água tratada, enquanto que a coleta de esgotos é de 21,74%. Como o saneamento é um serviço público essencial que depende da ação dos governos em políticas públicas específicas para o setor, o tema é de inegável interesse público de todos os cidadãos, justificando, portanto, o interesse da mídia nacional e local para o tratamento do assunto em sua pauta jornalística.

Obtivemos dados a partir das informações tabuladas no serviço de clipping realizado como atividade do estágio acadêmico na Assessoria de Comunicação Social da Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte. Tomando por base o ano de 2019, cerca de 200 matérias sobre a Caern são veiculadas mensalmente nos blogs e portais jornalísticos potiguares. A maioria destes textos constam de reproduções dos releases



distribuídos pela assessoria de comunicação da estatal para a imprensa local por meio de newsletters diárias.

Analisamos os meses de outubro e março de 2019, a fim de verificar se a incidência de temas perdurou durante aquele ano nos meses que correspondem ao acirramento das discussões sobre o projeto de lei do saneamento básico que resultaria na aprovação do novo marco legal para o setor e a sanção da Lei 14.026/2020.

Os assuntos tratados durante os meses observados são diversos, com predomínio de informativos sobre paradas no abastecimento de água em regiões específicas. Observamos um aumento da incidência do tema privatização da empresa tendo em vista que 2 matérias foram publicadas em março, contra 6 em outubro.

Como parte de um processo interativo de agendamento, conforme descreve Traquina (2000), é possível observar que o tema da privatização da Caern foi sendo construído entre a agenda da mídia ao publicar matérias relacionadas ao tema no período analisado e a agenda pública representada pelos representantes legislativos contrários e favoráveis governo estadual em sua relação com os cidadãos.

Um exemplo deste processo ocorreu assim que passamos a observar as formações discursivas a respeito da gestão do saneamento básico no RN, em março de 2019: em sua conta no Twitter, a governadora Fátima Bezerra se manifestou sobre após o jornalista Bruno Giovanni, dono do *Blog do BG*, veicular o tema em um programa de rádio. A governadora postou a seguinte mensagem: “A Caern não será privatizada pq é um importante ativo do estado e uma empresa que nos dá lucro. Vamos saneá-la, modernizá-la e fazer uma gestão profissionalizada para dar mais (sic.) atuar ainda mais em



favor do povo do RN”⁵. Uma das respostas que a postagem recebeu dizia: “Se gera lucro, é por que ainda não tinha passado pela gestão do PT. Sanear e modernizar não é destruir. Dados mostram melhor desempenho econômico a empresas; após ser geridas pela iniciativa privada. A senhora não pode ir na contra mão da realidade positiva. PRIVATIZA TUDO!”. Observa-se, com isto, que, como assevera Traquina (2000), o efeito do agendamento da mídia sobre a agenda pública é quase que imediato, com repercussões de temas tratados pela imprensa tanto na agenda do governo quanto na do público.

Deste modo, destacamos que assumimos a noção de ideologia como um conceito relevante para a compreensão da formação de sentidos discursivos de uma perspectiva crítica porque, segundo Orlandi (2010, p. 10), estes “sentidos estão sempre ‘administrados’, não soltos”, ou seja, o funcionamento da língua materializa a existência de formações ideológicas. Assim, o uso da linguagem na formação de um discurso está sob aspectos simbólicos que constituem os sujeitos e a realidade: “o sujeito de linguagem é descentrado pois é afetado pelo real da língua e também pelo real da história, não tendo o controle sobre o modo como elas o afetam. Isso redundaria em dizer que o sujeito discursivo funciona pelo inconsciente e pela ideologia” (ORLANDI, 2010, p. 18).

Thompson (2011) é dos que reafirmam que a ideologia nas formas de produção do discurso dependem do contexto em que estão inseridas e da análise de sentido pelos sujeitos que as produzem e as recebem. Deste modo, a análise da ideologia permitirá compreender como as formas simbólicas afetadas pela historicidade e pelos sujeitos são usadas para a estabelecer

⁵ Disponível em: <https://twitter.com/fatimabezerra/status/1116738194802925568>. Acesso em 4 de out. de 2021



construções discursivas dentro de condições de produção imediatas e históricas. Neste nexos, como assevera Orlandi (2010, p 30):

As condições de produção compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação. Também a memória faz parte da produção do discurso. Podemos considerar as condições de produção em sentido estrito e temos as circunstâncias da enunciação: é o contexto imediato. E se as considerarmos em sentido amplo, as condições de produção incluem o contexto sócio-histórico, ideológico.

As relações assimétricas de poder que formam a implementação da ideologia, como assevera o trabalho de Thompson (2011), são o “pré-construído” de que fala a análise pècheuxiana do discurso. E este pré-construído não pode, em nenhum momento da análise discursiva, ser ignorado, o que equivale a dizer que nenhum texto jornalístico analisado possa ser compreendido fora das relações capitalistas de sua produção e, por conseguinte, dos aspectos da economia política de ideologia liberal e neoliberal que define o enfoque de suas temáticas, como é o caso do tratamento da questão do saneamento básico atravessado pela defesa do chamado Estado mínimo.

O estudo de Thompson (2001, p. 81-84) apresenta cinco formas gerais de operação da ideologia dentro de sua proposta metodológica que serve como exemplo para o reconhecimento e identificação do uso ideológico de formas simbólicas nas construções discursivas: a legitimação, a dissimulação, a unificação, a fragmentação e a reificação. O ator descreve para cada uma dessas formas gerais pelas quais a ideologia se operacionaliza, as respectivas estratégias típicas de construção simbólica.

Embora o debate da privatização do saneamento, bem como de outros setores dos serviços estatais, esteja colocado no debate público sob diferentes pontos de vista, dos que defendem as privatizações e dos que discordam



dessa prática, os veículos locais de maior circulação adotam, como vimos observando, uma defesa unilateral da privatização da Caern como a melhor solução para a resolução dos problemas de universalização e melhoria da qualidade dos serviços de água e esgoto tratada.

Os sujeitos produtores possuem um pensamento liberal em relação à economia e justificam as privatizações como uma alternativa ao Estado de quitar suas dívidas e melhorar a prestação de serviço no setor do saneamento básico e em diversos outros setores, que, em tese, seriam mais bem administrados pela iniciativa privada do que pela gestão pública.

O que se conhece como neoliberalismo vem se desenhando ao longo da história a partir do final dos anos de 1930 e início de 1940 com movimentos de pensadores ligados às escolas austríaca e norte-americana de pensamento da economia. Basicamente, os entusiastas da corrente enxergavam que o papel do Estado nas sociais-democracias vinha criando a manifestação de um coletivismo que se sobrepunha às liberdades individuais.

Perry Anderson (1995) aponta que o que inaugura o pensamento liberal é uma argumentação de que o planejamento da economia pelo governo representava um controle totalitário do Estado em detrimento do individualismo. Anderson relata que uma obra de 1946 chamada “O caminho da servidão” chamou a atenção principalmente de capitalistas ricos, que viram em suas ideias uma oportunidade de se libertar da regulação das atividades comerciais e produtivas pelo Estado e de impostos; o que viria culminar em apoios financeiros de milionários para a criação dos centros de pensamento dedicados à disseminação do neoliberalismo, os chamados “tink tanks”.

Harvey (2005) propõe que a história longa do neoliberalismo a despeito de suas implicações nefastas para os direitos sociais, se explique



porque, mais do que um modelo econômico, trata-se de um fenômeno complexo e que envolve a produção de uma ideologia. Dadas as crises econômicas sofridas pelos países de modelo capitalista a partir de meados dos anos 1970, houve o resgate das ideias liberais com vistas a recuperar as economias do capitalismo por meio da implementação da economia de mercado, que é uma forma de funcionamento do sistema econômico capitalista que postula a centralidade do mercado e a redução dos papéis exercidos pelo Estado na economia. Esse ideal, filiado às bases do liberalismo econômico tem como elemento central a defesa do chamado Estado mínimo (ANDERSON, 1995).

Para o neoliberalismo, o Estado, para ser mínimo, precisa executar tarefas para o capitalismo, como postula Anderson (1995): precisa conter a inflação, manter a moeda nacional competitiva para elevar os lucros dos grandes proprietários e, com isso, gerar desemprego e acentuar as desigualdades. Precisa, ainda, promover a desregulamentação da economia, deixando os agentes do mercado livres para se autorregularem pelas leis de oferta e procura, assumir compromissos perante organismos internacionais destinados a garantir a estabilidade da moeda e o pagamento da dívida com os fundos monetários e gerir os possíveis conflitos entre os poderes capitalistas interessados no processo de abertura da economia.

Não alheio a este contexto de configuração da ordem econômica mundial, o saneamento básico no Brasil e em outros países vem sendo marcado por esta trajetória cujos desafios são inerentes a uma determinação político-ideológica fundada em estrutura de poder e das relações sociais inseridas modelo de produção e de gestão capitalista. Borja (2014, p. 433) argumenta que o Brasil viveu, a partir de 2003, um momento em que o Estado esteve



direcionado para a melhoria na qualidade de seus serviços e infraestrutura calcado no aumento de investimento nos setores públicos, mas pondera que

Se por um lado houve a configuração de um ambiente propício para a construção de uma agenda política mais voltada para a promoção de justiça social, por outro, a permanência da ação hegemônica de grupos econômicos e políticos na definição da ação estatal revelou as dificuldades de se avançar para um projeto mais democrático, universalista e inclusivo.

Deste modo, ainda que tenha havido um esforço por parte do Estado brasileiro em garantir um acesso mais qualitativo aos serviços de saneamento e trabalhar para a universalização do acesso da população, há entraves de natureza político-ideológica que reverberam nas decisões institucionais para o setor, em barreiras para a ampliação do financiamento, em entraves partidários de gestão das empresas estatais do setor, em modernização tecnológica, além dos problemas da participação decisória, do controle social quando se constata a baixa intensidade da democracia brasileira, que padece, ainda, da falta de movimentos sociais engajados nas questões do saneamento básico.

Todos estes fatores, segundo Borja (2014, p. 434), dificultam o “avanço de um projeto político-social vinculado aos princípios da universalidade e da igualdade”. A autora coloca, ainda, que no seio do avanço neoliberal como ideologia dominante,

a água, além de se constituir como um meio de produção e um elemento que dá suporte ao desenvolvimento das forças produtivas, protegendo a saúde do trabalhador e permitindo a implantação da infraestrutura sanitária das cidades, passa a ser dotada de valor de troca. Assim, a água, ou os serviços públicos de abastecimento de água, passa a ser um bem econômico que pode ser privatizado e regulado pelo mercado. A onda de privatização dos serviços públicos



de abastecimento de água que se inicia em Londres e se dissemina na Europa e nos países em desenvolvimento é o testemunho desse processo. Assim, também no saneamento básico, como na cidade, no campo, na educação, na saúde, na moradia o que está em disputa é o projeto de sociedade e, conseqüentemente, o papel do Estado no campo das políticas públicas.

O poder de classe que os ideais neoliberais visam manter, se constitui numa visão de um serviço essencial como algo lucrativo e que, por este motivo, não deve ser monopolizado pelo Estado, mas aberto para os agentes do mercado poderem explorá-lo. Para Borja (2014, p. 434),

a questão central do saneamento básico passa pelo debate sobre o próprio caráter do Estado brasileiro. Assim, a definição da natureza das ações de saneamento básico se relaciona com a disputa que se dá no seio da sociedade entre projetos sociais, que podem, minimamente, ser representados por dois: um deles considera o saneamento básico como um direito social, integrante de políticas sociais promotora de justiça socioambiental, cabendo ao Estado a sua promoção; o outro projeto, de cunho neoliberal, o saneamento básico é uma ação de infraestrutura ou um serviço, submetido a mecanismos de mercado, quando não se constitui na própria mercadoria.

Pode-se dizer que quanto mais afeito aos ideais neoliberais é um governo, mais probabilidade de as políticas executadas, no saneamento básico ou em outras áreas, tenda a privilegiar a diminuição do Estado e a abertura para a exploração da iniciativa privada por meio do livre mercado. No atual governo brasileiro, portanto, a opção privada para a gestão de sistemas de saneamento tende a ser tomada como um caminho inevitável, como demonstram os discursos do ministro da economia, que constituem um dos textos do corpus analisado neste trabalho. Essa ideia faz parte da tentativa de implementação de um processo de reforma do Estado em que temas como



a desestatização, a modernização do setor público e a desregulamentação passaram a fazer parte da ordem do dia, tanto do governo, quanto da mídia.

O setor de saneamento, a partir da promulgação do novo marco legal, passará a ser o alvo de empresas nacionais e multinacionais, que devem se empenhar em explorar fatias de um novo e expressivo mercado, agora aberto para todas as empresas, sem a preferência das estatais para a execução.

Os esforços daqueles comprometidos com os ideais neoliberais, entre os quais uma boa parcela da mídia, se empenharam em construir um consenso em torno da necessidade de privatização dos serviços de saneamento, por meio de uma construção discursiva que recorre a elementos de um passado em que supostamente o Estado não foi capaz de gerir com eficiência o setor, e na projeção de um futuro idealizado caso o serviço passe a ser gerida por empresas privadas, tudo isto ancorado num contexto imediato que favorece a discussão da privatização, em face de uma crise econômica vivida pelo país.

BLOGS ENUNCIADOS: VENDA, PRIVATIZAÇÃO E SEUS USOS IDEOLÓGICOS

Dentro de uma unidade discursiva há o que se define como um efeito discursivo anterior e exterior ao que é construído no enunciado analisado num recorte de AD, o que Michel Pêcheux (1997, p. 99) define como o “pré-construído: essa unidade anterior e exterior integra os enunciados analisados como se ele tivesse sido pensado antes, em outro lugar e independentemente”. Segundo o autor, é a partir do pré-construído que os sentidos discursivos ganham “transparência”, como frutos de significados naturalizados historicamente na realidade das pessoas de um grupo social, o “mundo das coisas” (PÊCHEUX, 1997, p. 164).



Nos enunciados a seguir, observamos como se dá o pré-construído dos sentidos de “privatização” e “venda” e a partir de qual referente social esses sentidos se transformam numa evidência supostamente compartilhada socialmente no discurso dos blogs noticiosos escolhidos, já que não são explicados ao leitor em nenhum dos enunciados.

O enunciado (1) trata-se de matéria veiculado pelo *Blog do Xerife*, escrito pelo jornalista Robson Pires, em que se apresentam dados sobre gastos com pessoal na Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte:

CAERN: é pra privatizar! Fátima Bezerra não tem peito

Entre 2010 e 2017, as despesas da Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte (Caern) se concentraram cada vez mais em salários e encargos sociais do que com investimentos. É o que mostra um estudo do Ministério da Economia sobre as empresas públicas de saneamento do Brasil, obtido pela TRIBUNA DO NORTE. Os gastos com o funcionalismo da Caern cresceram R\$ 169 milhões no período e, com os investimentos, R\$ 14,8 milhões, ou seja, dez vezes mais. Descontada a inflação no período, a evolução com pessoal chega a ser seis vezes maior do que as melhorias para o sistema.

Proporcionalmente, a Caern teve o segundo maior aumento de despesas com funcionalismo do Nordeste, atrás somente da Companhia de Água e Esgotos do Maranhão. O crescimento real no período foi de 62,17% – o que mais contribuiu para isso, considera a equipe econômica, foi o aumento de 30% no número de funcionários. Os investimentos, nos mesmos anos analisados, evoluíram apenas 13%. Os dados são do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS).

Ela tem que privatizar... (Blog do Robson Xerife, 21 de agosto de 2019).

Neste enunciado, observa-se – além do pré-construído assentado na questão do desinvestimento do setor público e a consequente ineficiência dos serviços tanto quanto na quase criminalização dos planos de cargo e carreira dos funcionários públicos e, conseqüentemente, do próprio Estado – o uso do imperativo na forma verbal destacada ao final do texto, em “tem



que”, que representa igualmente um apelo/ordem/súplica para uma ação a ser desempenhada no futuro. Nota-se, ainda, que o enunciador busca construir um título chamativo, com o uso da expressão popular “não tem peito”, que remete a alguém que não tem coragem para realizar algo a que é instado a fazer, ou que se considera necessário que se faça. Essas duas construções são as únicas realizadas pelo enunciador, já que o conteúdo do texto, expresso nos dados sobre os gastos com aumento de pessoal, são uma reprodução de texto publicado em um veículo da mídia de referência.

O blog noticioso que publicou o excerto recortado pode ser classificado como popular, no sentido da proximidade do jornalista que o produz com seus leitores, já que circulam em âmbito mais localizados. No entanto, por força da forma como realiza suas coberturas, o tipo de conteúdo expresso no enunciado acaba por aproximar-se ao sensacionalismo, que representa a inversão da ideia de jornalismo popular como aquele que promove instrumentos para o exercício cidadão de seus leitores para incorrerem em práticas que, conforme descreve Amaral (2006, p. 22), subestimam a capacidade de leitura de seus públicos, quando, “[e]m busca do público-alvo, no lugar dos jornais populares se adequem as expectativas do leitor, introduzindo um texto mais criativo e rico em informações para levar as pessoas a progredirem, eles optam por notícias sobre sexo, fofocas, crime e deboche”.

O enunciado (2), abaixo, trata-se da repercussão de estudo relacionado pelo Ministério da Economia sobre o valor que os estados arrecadariam com a venda de suas empresas de saneamento básico como solução para atingir a meta de universalização dos serviços no setor.

Para governo, empresas de saneamento valem até R\$ 140 bi se privatizadas. Caern avaliada em R\$ 350 milhões



Na tentativa de estimular governadores a vender companhias estaduais de saneamento, o Ministério da Economia fez um estudo para detalhar o potencial de ganho aos cofres públicos com as privatizações.

Se a opção for pela venda de 100% do capital, essas empresas podem atingir um valor próximo a R\$ 140 bilhões.

[...]

O debate se dá no momento em que o Congresso discute um novo marco legal para o saneamento e o governo defende maior abertura. No documento obtido pela Folha, o ministério liderado por Paulo Guedes conclui que a meta de universalizar o saneamento básico no país até 2033 não será cumprida sem privatizações.

[...]

Segundo ele, o Brasil não terá os R\$ 700 bilhões necessários para bater a meta de universalizar o saneamento até 2033, definida no Plano Nacional de Saneamento Básico, que previa que isso ocorresse até 2033 se não optar pelas privatizações.

“O setor público não tem esse dinheiro. Ou vem o setor privado, ou o governo não vai entregar”, diz.

“No entendimento do Ministério da Economia, privatizar é o melhor caminho, mas isso não significa que a gente quer obrigar quem não concorda com a gente a seguir esse caminho. O importante é entregar um bom serviço”, afirma Mac Cord.

O secretário ressalta que os índices de cobertura e atendimento à população chegam a quase 100% nos setores de telecomunicações e elétrico, que foram abertos para as privatizações (Blog do BG, 13 de outubro de 2019).

Aqui nota-se a verbalização de *vender* já no início da construção da notícia, cujo sentido aponta para “Caern avaliada em R\$350 milhões” no título. Ou seja, a ideia de venda como aquilo que trará um retorno monetário imediato àquele que pratica tal ação, no caso o governo estadual. Na segunda construção verbal destacada, “não será”, aponta-se novamente para uma projeção de futuro que prescinde da ideia de venda: ou a ação de vender as empresas de saneamento é concretizada pelos governos, ou o desejo de universalização do serviço não será alcançado pelos brasileiros.



Em (1) e (2) ressalta-se a presença do que Pêcheux (1997, p. 99) chama de pré-construído, ou seja, “o que remete a uma construção anterior, exterior, mas sempre independente, em oposição ao que é ‘construído’ pelo enunciado”. Os dois enunciados, que trabalham com as nominalizações e verbalizações *venda/vender* e *privatização/privatizar* de forma simultânea, têm como referência no discurso social este pré-construído, cujo sentido é supostamente compartilhado pela construção histórica do que são os processo de venda e de compra, sendo que *privatização/privatizar* tem um uso que se sustenta pelo efeito de correspondência com a ação com a forma mais usual *venda/vender*.

A AD só o é realmente, quando o analista realiza o movimento de passagem da análise linguística para a análise do discursivo. Nesta etapa, cabe ao analista do discurso desfazer os efeitos da literalidade para constituir o objeto discursivo que resulta da relação do texto com os contextos históricos e ideológicos que conformam o processo discursivo, como assevera Orlandi (2010). Seguindo a autora, é preciso deixar a posição de mero leitor para se tornar um analista do discurso. São os procedimentos da AD que permitem o deslocamento da posição de leitor para a de analista, e a partir daí, ao acessar a mídia informativa, é possível compreender os gestos de interpretativos realizados nas publicações das notícias; a importância que este ou aquele veículo atribui a um fato; o destaque e a centralidade que o assunto objeto da análise ganha nas páginas.

Este movimento de leitura analítica insere a ideologia como um fator constitutivo dos dispositivos discursivos de interpretação. Para Orlandi (2010, p. 9), “não há neutralidade nem mesmo no uso mais aparentemente cotidiano dos signos. A entrada no simbólico é irremediável e permanente:



estamos comprometidos com os sentidos e o político. Não temos como não interpretar”.

Assim, a autora reitera que, ao buscar a compreensão dos processos de significação que constituem o elemento discursivo das diversas textualidades que circulam socialmente, a AD “reúne três regiões de conhecimento em suas articulações contraditórias: a teoria da sintaxe e da enunciação; a teoria da ideologia; e a teoria do discurso que é a determinação histórica dos processos de significação” (ORLANDI, 2010, p. 25).

A privatização da Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte, como vimos demonstrando ao longo deste estudo, é apontada pelos veículos analisados como uma saída inevitável para a contenção de uma crise orçamentária no governo, bem como para ampliar e melhorar a oferta dos serviços de saneamento para a população do estado. A defesa deste ponto de vista tem sua ancoragem numa visão neoliberal sobre os rumos da gestão pública, que deve abrir espaço para que serviços lucrativos sejam operados e explorados por empresas de capital privado, que deverão concorrer entre si em processos de leilão e de licitação. Neste tópico, pretendemos demonstrar, no corpus analisado, como é construída esta formulação e quais são os interdiscursos subjacentes a essa apologia da *venda/desestatização/privatização*.

Para Orlandi (2010, p. 32-33), a formulação de um discurso tem em seu interior uma constituição de sentido, algo que já faz sentido por si só:

há uma relação entre o já-dito e o que se está dizendo que é a que existe entre o interdiscurso e o intradiscurso ou, em outras palavras, entre a constituição do sentido e sua formulação. A formulação, então, está determinada pela relação que estabelecemos com o interdiscurso. A constituição (interdiscurso) determina a formulação,



pois só podemos dizer (formular) se nos colocamos na perspectiva do dizível (interdiscurso, memória).

Analisando detidamente o excerto do enunciado (2), destacado novamente abaixo, cuja ancoragem se dá principalmente na projeção do futuro, podemos inferir que os sujeitos produtores do discurso e a recuperação do interdiscurso de defesa da privatização por parte do Ministério da Economia também demarcam as posições dos sujeitos que formulam e constituem os sentidos deste discurso. A partir de um contexto político-ideológico dado, o discurso midiático vai privilegiando em suas formulações aquilo que as vozes que dominam o discurso político postulam, num processo discursivo em que, segundo Orlandi (2010, p. 37), há apenas a “reiteração de processos cristalizados”, a reprodução sem problematização ou contraponto.

[...] o ministério liderado por Paulo Guedes conclui que a meta de universalizar o saneamento básico no país até 2033 não será cumprida sem privatizações. [...]

Segundo ele, o Brasil não terá os R\$ 700 bilhões necessários para bater a meta de universalizar o saneamento até 2033 [...]

“O setor público não tem esse dinheiro. Ou vem o setor privado, ou o governo não vai entregar”, diz.

“No entendimento do Ministério da Economia, privatizar é o melhor caminho [...]” (Blog do BG, 13 de outubro de 2019).

Neste enunciado (2) cabe fazer referência à paráfrase e à polissemia como elementos constitutivos deste discurso, em que o sujeito enunciator se coloca numa posição distante e dá voz ao ministro da economia. Esses elementos são importantes de observar porque são, para Orlandi (2010, p. 38) “a matriz do sentido”, isto porque “não há sentido sem repetição, sem sustentação no saber discursivo, e a polissemia é a fonte da linguagem uma



vez que ela é a própria condição de existência dos discursos”. De modo que a linguagem, ao fazer essas recuperações e remissões a outros sujeitos, materializa também a ideologia destes outros sujeitos, materializando, assim, a própria linguagem. Não há sujeito sem ideologia e a ideologia materializa a língua.

Neste sentido, a ideologia volta a ser um conceito-chave para a realização de uma análise do que está subjacente a estes discursos, pois

A formação discursiva se define como aquilo que numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e deve ser dito. O discurso se constitui em sentidos porque aquilo que o sujeito diz se inscreve em uma formação discursiva e não outra para ter um sentido e não outro. Não está na essência das palavras, mas na discursividade, isto é, na maneira como, no discurso, a ideologia produz seus efeitos, materializando-se nele (ORLANDI, 2010, p.43).

É, em grande parte, nesta direção que se dá formulação da ideologia sobre a privatização. De acordo com Thompson (2011, p. 80-89), a ideologia pode se operacionalizar sob sob formas gerais as quais possuem respectivas estratégias típicas de construção simbólica: a legitimação possui como estratégias simbólicas típicas a racionalização, a universalização e a narrativização; a dissimulação tem como correspondentes a eufemização, o deslocamento e o uso de figuras de linguagem (tropo); a unificação tem como estratégias simbólicas a standardização e a simbolização da unidade; a fragmentação usa das estratégias de diferenciação e expurgo do outro; e, por fim, a reificação utiliza das estratégias simbólicas de naturalização, de eternalização, de nominalização e de passivização.



Procuramos fazer uma observação de como e se essas formas gerais e suas respectivas estratégias simbólicas figuram no discurso constituído no corpus analisado, tendo em vista que, segundo Orlandi (2010, p. 9), em AD, “ a entrada no simbólico é irremediável e permanente: estamos comprometidos com os sentidos e o político”. De modo que a interpretação do analista precisa atentar para a língua enquanto sistema constitutivo desse elemento que precisa ser completado pelo gesto da interpretação.

Assim, quando a AD postula que o sujeito e a linguagem que utiliza são afetados pelo elemento simbólico da realidade, quer dizer que há a necessidade do gesto interpretativo que busque a compreensão do sentido dos fatos e de como eles são interpretados por sujeitos partícipes da ordem discursiva, quem produz e quem recebe o discurso. Esse elemento funciona, como vimos demonstrando, através de mecanismos de formulação de sentidos que são ideológicos.

Neste sentido, em Thompson (2011, p. 82), o primeiro modo geral pelo qual a ideologia é operacionalizada é o de legitimação, no qual “ relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas [...] pelo fato de serem representadas como legítimas, isto é, como justas e dignas de apoio”. Podemos observar a constituição de tentativas de legitimação nos dois enunciados delimitados no corpus : em (1) há um excesso de gasto de dinheiro público na gestão da estatal, que “se concentraram cada vez mais em salários e encargos sociais do que com investimentos”; e em (2) “privatizar é o melhor caminho”.

Como estratégia típica da legitimação tem-se, em primeiro lugar, para Thompson (2011, p 82-83), a racionalização, quando “o produtor de uma forma simbólica constrói uma cadeia de raciocínio que procura defender,



ou justificar, um conjunto de relações, ou instituições sociais, e com isso persuadir uma audiência de que isso é digno de apoio”. Esta estratégia também pode ser identificada nos enunciados escolhidos para a análise: em (1) se defende que as despesas com pagamento de “pessoal chega a ser seis vezes maior do que as melhorias para o sistema”; e em (2), apela-se para a alegação de que “a meta de universalizar o saneamento básico no país até 2033 não será cumprida sem privatizações”.

O segundo modo de operação da ideologia é o da dissimulação, em que “relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas pelo fato de serem ocultadas, negadas ou obscurecidas, ou pelo fato de serem representadas de uma maneira que desvia nossa atenção, ou passa por cima de relações e processos existentes” (THOMPSON, 2011, p. 83).

Thompson (2011, p. 84) assinala, ainda, que a “a ideologia como dissimulação pode ser expressa através de outra estratégia, ou grupo de estratégias, que podemos colocar debaixo do rótulo geral de tropo [...] uso figurativo da linguagem”. Nos enunciados analisados, não nos deteremos em analisar o uso de figuras de linguagem específicas, tendo em vista que esta seria uma análise extensa. Dentro dos limites de nossa análise baseada em AD, reiteramos o uso da paráfrase como o tropo mais recorrente na formulação dos discursos, com ênfase no enunciado (2), constituído pelo discurso de outro enunciador que não o sujeito produtor.

A unificação e fragmentação como operações de formulação ideológica de discursos excede os limites da análise deste trabalho, uma vez que mais comumente se manifestam em discursos de autoridades nacionais com fins determinados. Embora o discurso analisado, sobretudo no enunciado (2), tenha esse caráter de apelar para a coletividade da sociedade apontando



os benefícios da exploração privada do saneamento básico como forma de universalizar o acesso das pessoas e melhorar a qualidade do serviço, seu conteúdo é mais direcionado para uma discussão sobre a gestão econômica do Estado que, também ideologicamente, exclui o cidadão comum da parte decisória de processos como a privatização.

Por fim, discutimos a ideologia como reificação dos processos sociais. Para Thompson (2011, p. 87) este *modus operandi* se manifesta quando

Relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas pela retratação de uma situação transitória, histórica, como se essa situação fosse permanente, natural, atemporal. Processos são retratados como coisas, ou como acontecimentos de um tipo quase natural, de tal modo que o seu caráter social e histórico é eclipsado.

Essa operação pode ser observada no enunciado (2), no qual a situação de dificuldade orçamentária não é problematizada devidamente em sua relação com a queda de arrecadação dos cofres públicos em face do empobrecimento das famílias, do desemprego e das mudanças ocorridas no cenário econômico mundial, em que o Brasil ocupa um lugar de dependência em relação às economias centrais do capitalismo.

Em (2) quando se enuncia que “o setor público não tem esse dinheiro. Ou vem o setor privado, ou o governo não vai entregar”, não se aventa a possibilidade de recuperação no panorama de receitas pelo Estado num futuro, caracterizando um processo de eternalização, quando “fenômenos sócio-históricos são esvaziados de seu caráter histórico ao serem apresentados como permanentes, imutáveis e recorrentes” (THOMPSON, 2011, p. 88).

Thompson (2011) assinala, ainda, que a ideologia como reificação pode estar expressa em escolhas gramaticais na construção do discurso



que privilegiam uma informação ou enfoque temático em detrimento de outra, processos denominados como nominalização e a passivização, que, na formulação discursiva “concentram a atenção do ouvinte ou leitor em certos temas com prejuízo de outros. Elas apagam os atores e a ação e tendem a representar processos como coisas ou acontecimentos que ocorrem na ausência de um sujeito que produza essas coisas” (THOMPSON, 2011, p. 88). Por se tratarem de elementos linguísticos, acreditamos que essas dimensões dos discursos escolhidos para a análise já estejam suficientemente colocadas no trabalho, sobretudo quando discutimos como se formularam as nominalizações a partir das verbalizações em *privatização/ privatizar e venda/vender*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intenção desta pesquisa foi compreender, as relações discursivas estabelecidas na mídia comercial dominante e nos blogs de cunho ideológico liberal e neoliberal a respeito da prestação do serviço de saneamento pela Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte (Caern) e os rumos da gestão da estatal. Para observar tais questões, a análise dessas fronteiras discursivas antagônicas sobre o tema teve como base as construções realizadas em torno do uso do binômios *público* versus *privado* e dos sentidos construídos e pretendidos no processo de nominalização dos termos *privatização/ desestatização/venda*.

Como o saneamento é um serviço público essencial que depende da ação dos governos em políticas públicas específicas para o setor, o tema é de inegável interesse público de todos os cidadãos, justificando, portanto, o interesse da mídia nacional e local para o tratamento do assunto em sua



pauta jornalística. O trabalho procurou observar de que forma se dá o tratamento deste tema na mídia local e como são construídos os discursos em torno da resolução dos problemas a serem enfrentados pela sociedade na área do saneamento básico.

O enfoque da temática se deu sob a defesa da privatização, prática na qual uma empresa ou instituição pública é vendida total ou parcialmente ao setor privado; quando o Estado deixa de gerir uma determinada entidade, passando-a para uma empresa privada ou a transferência do controle das ações de uma determinada empresa pública a uma empresa ou grupo de empresas do setor privado. Notou-se que o discurso que é colocado em foco nos meios de comunicação locais se funda na construção de um sentido que prevê diretamente uma transição do estatal para o privado, como caminho único para a melhoria na prestação do serviço.

Assim concluímos que os blogs apresentam uma visão neoliberal da condução da gestão estatal, com uma tomada de posição a favor das privatizações e de mudanças no modelo de gestão do saneamento no estado, bem como são projetados benefícios futuros para a população potiguar caso a Caern passe a ser controlada pela iniciativa privada, sem ter em conta a perspectiva assistencialista ou solidária. A ideia da privatização é construída pela relação entre governo ineficiente e os grandes grupos privados. Estes últimos considerados os únicos capazes de realizar investimentos considerados necessários para a melhoria de serviços e, portanto, detentores da primazia para a compra das estatais, que devem ser postas à venda pelo Estado que não consegue gerir com eficiência nem oferecer serviços de qualidade.



REFERÊNCIAS

AMARAL, Márcia Franz. **Jornalismo Popular**. São Paulo: 2006.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: **Pósneoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

BORJA, Patrícia Campos. Política pública de saneamento básico: uma análise da recente experiência brasileira. **Saude soc.**, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 432-447, junho, 2014.

FIGUEIREDO, Fábio Fonseca; FERREIRA, José Gomes. O saneamento básico no Nordeste e no Rio Grande do Norte: avanços e constrangimentos. In: **Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2017.

ORLANDI, Eni. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes Editora, 2010.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis: Vozes, 2011.

TRAQUINA, Nelson. **O Poder do Jornalismo: análise e textos da teoria do agendamento**. Coimbra: Minerva, 2000.

